

RECURSO ESPECIAL Nº 1.785.686 - CE (2018/0327808-4)

RELATOR : **MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES**
RECORRENTE : **ESPLANADA HOTEIS SA EM LIQUIDACAO**
ADVOGADO : **CARLOS EDUARDO DE LUCENA CASTRO E OUTRO(S) -**
CE010666
RECORRIDO : **FRANCISCO COSMO CAVALCANTE - ESPÓLIO**
RECORRIDO : **RAIMUNDA DE SIQUEIRA CAVALCANTE**
ADVOGADO : **KENNEDY FERREIRA LIMA - CE010914**
REPR. POR : **ANTONIO DE SIQUEIRA CAVALCANTE**
ADVOGADOS : **MANOEL LEANDRO DE NOROES MILFONT - CE003176**
EDSON MENEZES DA NÓBREGA FILHO E OUTRO(S) -
CE015937
RAMIRO SOUZA DE NORÕES MILFONT - CE014806

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 3/STJ. AÇÃO DECLARATÓRIA DE NULIDADE DE MATRÍCULA IMOBILIÁRIA. RECURSO ESPECIAL. TEMAS PROCESSUAIS. APELAÇÃO. PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE. CUMPRIMENTO. REEXAME. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. REPRESENTAÇÃO DO ESPÓLIO. FUNDAMENTO INATACADO. SÚMULA 283/STF. TUTELA ANTECIPADA. REQUISITOS. PREENCHIMENTO. REEXAME. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pela Esplanada Hotéis S/A (em liquidação) contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, cuja ementa reproduzo a seguir (nas partes de interesse):

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. DECLARAÇÃO DE NULIDADE DE MATRÍCULA DE IMÓVEL. USUCAPIÃO RECONHECIDA PELA JUSTIÇA ESTADUAL. CONTROVÉRSIA ACERCA DA EXTENSÃO. TERRENO DE MARINHA. *QUERELA NULLITATIS* EM CURSO PERANTE O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ. COISA JULGADA. PRELIMINAR AFASTADA. INTERESSE DA UNIÃO. JUSTIÇA FEDERAL. COMPETÊNCIA. DIREITO DE DEFESA. CERCEAMENTO. SENTENÇA ANULADA. 1. Apelação interposta pelo Espólio de Francisco Cosmo Cavalcante e outros em face da sentença que julgou procedente o pedido formulado por Esplanada Hotéis S.A. para declarar nula de pleno direito a Matrícula nº 21.396 do Cartório do Registro de Imóveis de Caucaia, por ter irregularmente transmitido propriedade por usucapião entre e para particulares de área que parcialmente constitui terreno de marinha da União, bem público este insuscetível de ser usucapido ou ter o seu domínio pleno transferido. 2. A apelação interposta não ofende o princípio da dialeticidade, pois os recorrentes indicam

precisamente todas as questões que ensejam a interposição do recurso, de forma fundamentada. 3. Conforme já salientou o Superior Tribunal de Justiça, a inexistência de inventariante - uma vez que o inventário não foi aberto - não afasta a legitimidade do espólio, pois "o espólio e o inventariante são figuras que não se confundem, sendo o primeiro, parte, e o segundo, representante processual desta (STJ - REsp: 1.125.510-RS 2009/0131588-0, Relator: Ministro MASSAMI UYEDA, Data de Julgamento: 06/10/2011, T3 - TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 19/10/2011). 4. Da análise conjunta dos arts. 613 e 614 do CPC/2015 verifica-se que, enquanto não for nomeado o inventariante, o espólio é representado judicialmente pelo administrador provisório, no caso concreto, o herdeiro e mandatário Antônio de Siqueira Cavalcante, pois detém a posse de fato e a administração dos bens deixados pelo falecido, conforme procuração pública com cláusula "em causa própria" acostada aos autos. (...) 13. Apelação provida para anular a sentença e determinar o retorno dos autos ao juízo de origem para que seja realizada prova pericial com o objetivo de apurar se a área de beira-mar, que constitui terreno de marinha, coincide com a área objeto da ação reivindicatória proposta em 1976.

Os embargos de declaração foram acolhidos, apenas para suprir omissão relativa à anulação do provimento antecipatório deferido pelo juízo de origem na sentença. No recurso especial, a recorrente aponta, além de divergência jurisprudencial, violação aos seguintes dispositivos: (a) art. 932, III, do CPC/2015, porque o recurso de apelação julgado na origem não atende ao requisito da necessária impugnação específica aos fundamentos da sentença; (b) art. 75, VII, do CPC/2015, porque a apresentação da parte adversa está irregular, pois os advogados jamais informaram nos autos o falecimento de seu cliente; (c) arts. 273, I, § 7º, do CPC/1973 e 300 do CPC/2015, porque a tutela antecipada foi indevidamente revogada, pois necessário o bloqueio na matrícula do imóvel para evitar danos à ordem jurídica.

Houve contrarrazões.

O Ministério Público Federal, em seu parecer, opina pelo não conhecimento do recurso especial e, em caso de conhecimento, pelo seu desprovimento.

É o relatório. Passo a decidir.

Antes de mais nada, necessário consignar que o presente recurso atrai a incidência do Enunciado Administrativo 3/STJ: *"Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC"*.

A insurgência não prospera.

O tema da dialeticidade foi examinada pelo acórdão recorrido nos termos seguintes (fl. 935-e):

(...) Inicialmente, verifico que a apelação interposta não ofende o princípio da dialeticidade, pois os recorrentes indicam precisamente todas as questões que ensejam a interposição do recurso, de forma fundamentada.

Como se vê, a Corte de origem realizou juízo de matéria fática para consignar o respeito ao art. 932, III, do CPC/2015 na peça da apelação. Nesse termos, impossível infirmar esse fundamento sem nova incursão de matéria fático-probatório, mais especificamente por meio de comparação de peças processuais, procedimento vedado nesta seara pelo teor da Súmula 7/STJ. Nessa linha de consideração: REsp 1670086/AP,

Rel. Min. Herman Benjamin, Segunda Turma, julgado em 03/10/2017, DJe 17/10/2017; AgInt nos EDcl no AREsp 98.905/SC, Rel. Min. Marco Buzzi, Quarta Turma, julgado em 21/09/2017, DJe 27/09/2017. Ademais, nos singelos termos em que essa questão foi julgada no acórdão recorrido, igualmente impossível a realização de valoração de matéria fática.

Quanto ao mais, a Corte de origem decidiu pela inexistência de vício na representação do espólio nos termos seguintes:

(...) Relativamente ao alegado vício de representação do Espólio de Francisco Cosmo Cavalcante, melhor sorte não assistirá ao apelado. Conforme já salientou o Superior Tribunal de Justiça, a inexistência de inventariante - uma vez que o inventário não foi aberto - não afasta a legitimidade do espólio, pois "o espólio e o inventariante são figuras que não se confundem, sendo o primeiro, parte, e o segundo, representante processual desta." [1] Ademais, pela análise conjunta dos arts. 613 e 614 do CPC/2015 verifica-se que, enquanto não for nomeado o inventariante, o espólio é representado judicialmente pelo administrador provisório, no caso concreto, o herdeiro e mandatário Antônio de Siqueira Cavalcante, pois detém a posse de fato e a administração dos bens deixados pelo falecido, conforme procuração pública com cláusula "em causa própria" acostada aos autos (id. 4058100.2046627).

Por seu turno, a recorrente utilizou genérica argumentação de que foi violado o art. 75, VII, do CPC/2015 porque os advogados seguiram peticionando nos autos sem regularizar a representação processual do espólio, ou seja, não impugnou de forma objetiva o fundamento do acórdão recorrido de que enquanto não for nomeado o inventariante, não há falar em irregularidade do espólio. Assim, seja por apresentar razões recursais dissociadas dessa fundamentação (o que dá ensejo à incidência da Súmula 284/STF), seja por não impugná-la de forma direta (o que faz incidir o teor da Súmula 283/STF), o recurso especial não pode ser conhecido nessa parte.

Por fim, a tutela antecipada foi revogada pela Corte de origem no julgamento dos embargos de declaração, quando invocados os seguintes fundamentos (fl. 1055-e):

(...) O bloqueio da matrícula nº 21.396 foi determinado pelo juízo de primeiro grau objetivando a preservação dos direitos de possíveis adquirentes de boa-fé e a manutenção da situação de fato atual até o trânsito em julgado do provimento jurisdicional (sentença ou acórdão) que promova o acerto do direito, garantindo-lhe, assim, plena efetividade. Na hipótese, devido à já mencionada possibilidade de o imóvel descrito na matrícula nº 21.396 abranger área correspondente a terreno de marinha, o pressuposto geral consubstanciado na probabilidade do direito está suficientemente demonstrado. Entretanto, a mera possibilidade de alienação não reclama medida tão gravosa, pois retiraria do poder de disposição dos réus toda a vasta área usucapida, e não apenas a parcela supostamente inserida em terreno de marinha, que sequer foi identificada nos autos até o presente momento. Ademais, a teor do que dispõe o art. 167, inciso I, alínea 21 da Lei nº 6.015/77 (Lei de Registros Públicos), a litigiosidade do imóvel pode ser averbada administrativamente na respectiva matrícula por qualquer pessoa. Por fim, torna-se imperioso ressaltar que a União, na condição de terceiro interessado na presente demanda, não embargou o acórdão vergastado a despeito de regular intimação, o que revela ausência

de interesse na manutenção da medida antecipatória da tutela em enfoque (id. 4050000.9540618). Desta forma, não vislumbro elementos que evidenciem o indispensável perigo da demora, razão pela qual resta anulada, , a sentença que julgou procedente o pedido formulado na presente ação anulatória, in totum incluindo, portanto, a determinação de bloqueio da matrícula nº 21.396 do CRI de Caucaia/CE.

Nessa parte, outro juízo de matéria fática foi realizado, assentando-se que não está evidenciado um dos requisitos necessários para o deferimento de tutela antecipada. Assim, para infirmar tal fundamento, necessário seria novo juízo de matéria fática, o que não é permitido em recurso especial, nos termos da Súmula 7/STJ.

Prejudicado o exame do dissídio jurisprudencial.

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, III, do CPC/2015, não conheço do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de abril de 2019.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Relator

